

Bancos privados devem ficar de fora no início

Maria Helena Tachinardi
de Washington

O anúncio do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) será feito assim que os países industrializados definirem precisamente a sua contribuição ao pacote financeiro de apoio à economia brasileira, informaram ontem funcionários da instituição. Isso deve acontecer até o final da semana, mas fontes de organismos multilaterais não descartam que a divulgação do acordo e do pacote financeiro, estimado em US\$ 42 bilhões, seja feita amanhã.

Os bancos privados não deverão participar do esforço internacional nessa primeira etapa e aguardam que o governo brasileiro solicite ajuda, se necessária. No período entre o anúncio do acordo e a sua aprovação pela diretoria do Fundo, prevista para antes do próximo dia 26, a equipe econômica brasileira deverá contatar os bancos. A primeira parcela dos empréstimos do FMI, estimados em US\$ 18 bilhões, só estará disponível depois da aprovação da carta de intenções. Esse documento, assinado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, descreverá as políticas que o País pretende implementar e o volume de recursos necessários para o ajuste fiscal e as reformas estruturais.

A carta de intenções e os memorandos técnicos estavam praticamente concluídos ontem, segundo fontes do FMI. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, ficou em Washington para os acertos finais. O diretor gerente do Fundo, Michel Camdessus, divulgará um comunicado referindo-se ao acordo e ao montante que cada parte colocará no pacote. O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entrarão com US\$ 9 bilhões, metade cada um. Os países ricos membros do G-10 participarão com cerca de US\$ 15 bilhões.

A contribuição dos EUA, estimada em US\$ 5 bilhões, será a maior. Ontem, o secretário do Tesouro norte-americano, Robert Rubin, disse que é "importante ser útil ao Brasil", porque um eventual colapso da eco-

nomia brasileira "poderia ter efeitos substantivos no Hemisfério e nos EUA". Ele se recusou a comentar o pacote financeiro de ajuda: "quando houver comentários e anúncios, se for o caso, eles serão feitos por pessoas certas nos lugares certos". Falando em conferência do Conselho de Exportação do governo americano, Rubin destacou que "tem havido um período mais calmo" nos mercados financeiros, "nas últimas seis a oito semanas". Entretanto, acredita "que ainda haverá pela frente um significativo período de dificuldades e muito trabalho a ser feito".

Em artigo publicado ontem no The Washington Post, Camdessus elogiou os presidentes do Brasil, da Coreia e da Argentina. "O mundo é afortunado" por ter "líderes políticos

modernos que não se acovardam diante das crises", afirmou, referindo-se a Fernando Henrique Cardoso, Kim Dae-Jung e Carlos

**Governo brasileiro
deverá contatar as
instituições antes da
aprovação do acordo
pela direção do FMI,
até o próximo dia 26**

Menem. "Estou orgulhoso porque o FMI tem estimulado e ajudado os países a superar desafios extremamente difíceis". No artigo, Camdessus rebate críticas à maneira como o Fundo vem lidando com o contágio financeiro global e suas propostas para evitar futuras crises. Uma das críticas que o executivo do FMI responde é a do ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger.

O comunicado de Camdessus, ao anunciar o acordo com o Brasil, mencionará alguns critérios para o uso da linha de crédito do G-10, que será colocada à disposição do governo brasileiro. Esse plano de contingência, entretanto, não estará totalmente pronto nesta semana, disse o diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer. O Fundo combinará vários tipos de financiamento ao País, entre eles o "stand-by", por um período de um ano a um ano e meio, com revisões trimestrais do cumprimento das metas. Deverá ser usada também a linha de suplementação de reservas ("supplemental reserve facility"—SRF), cujo prazo de pagamento é de um ano. Nesse caso, os juros são mais elevados: 3% acima dos encargos cobrados em empréstimos tradicionais.